

vel. Se na forma da lei 649, levará logo a registro a sentença.

A execução da outra parte da sentença que condenar à entrega de coisa certa ou quantia certa, far-se-á na forma comum.

Se o vencedor também dever alguma contra-prestação, não se lhe dará certidão da sentença, antes que prove que de sua parte já cumpriu a obrigação que lhe incumbia ou constituiu em mora a contra-parte (C. P. C., art. 1.006, § 2.º).

XVII

A reforma da sentença executada

Se, em recurso extraordinário ou em ação rescisória a sentença fôr reformada, tudo se reduz ao estado *quo ante*. O efeito da sentença rescisória será *ex tunc*. É como se a sentença não houvesse suprido a declaração ou o contrato mesmo.

XVIII

A natureza das cousas torna mais difícil a posição da parte que visa à entrega da coisa do que a pretende a entrega de certa importância em dinheiro.

Na promessa de venda, por exemplo, principalmente tratando-se de imóvel, mais cômoda é a situação do comprador.

Ao vendedor, porém, também está aberto o caminho da execução específica.

Obtido o título (a sentença) executará o comprador pelo pagamento do preço.

Reunirá no processo as duas ações (a constitutiva e a condenatória).

Para assegurar-se o pagamento poderá recorrer à medida preventiva do arresto, se para isso reunirem-se as condições necessárias.

PARECERES

Direito Internacional Privado — Da sucessão de estrangeiro que deixa cônjuge ou filho brasileiro

— Direito desde a Constituição de 1934, art. 134, para o cônjuge ou filho brasileiro, à aplicação da lei nacional do *de cuius* estrangeiro que lhes fôr mais favorável.

— Inconstitucionalidade face à Carta de 1937, art. 152, e à Constituição de 1946, art. 165, da disposição restritiva daquele direito constante do § 1.º do artigo 10.º da Lei de Introdução do Código Civil (Decreto-lei n.º 4.657 de 4-9-1942).

— Incumbe à lei adaptar-se à Constituição e não esta àquela.

PROF. HAROLDO VALADÃO

PARECER

I. Consulta-se sobre qual a lei reguladora da validade intrínseca das disposições do testamento de A., de nacionalidade francesa, domiciliada no Rio de Janeiro, Brasil, onde fez testamento público em 2 de março de 1931 e faleceu a 20 de agosto de 1945, no estado de viúva, deixando duas filhas, uma, francesa, e outra, brasileira, tendo disposto de metade de todos os seus bens a favor da filha francesa.

II. Acrescenta-se que assim dispôs, de acordo com a lei brasileira, que reconhece a meação disponível, e contra a lei francesa que, mais favorável nesse passo à filha brasileira, só autorizava a disposição de terça parte dos mesmos bens.

III. Ao tempo da morte de A., quando da abertura de sua sucessão estava em vigor o seguinte preceito, sobre a matéria, e de

caráter básico, supralegal: "Art. 152. A vocação para suceder em bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei nacional em benefício do cônjuge brasileiro e dos filhos do casal, sempre que lhes não seja mais favorável o estatuto do *de cuius*". (Carta de 10 de novembro de 1937).

Era a consagração de norma estabelecida pela Constituição de 16 de julho de 1934: "Art. 134. A vocação para suceder em bens de estrangeiros existentes no Brasil será regulada pela lei nacional em benefício do cônjuge brasileiro e dos seus filhos, sempre que não lhes seja mais favorável o estatuto do *de cuius*".

IV. Sobre a origem do texto na Assembléia Constituinte de 1933/1934, escrevemos em 1936: "O artigo se originou da emenda n.º 1.642 apresentada na última discussão do Projeto Constitucional, em 14 de abril de 1934, pelo deputado AGAMENON MAGALHÃES e outros, inclusive ALCANTARA MACHADO, que ao ser aprovada a mesma em sessão de 1.º de junho de 1934, assim justificou-a:

"Nesta hipótese, dava-se outrora ao interessado a faculdade de optar pela aplicação da lei pátria ao passo que hoje em dia, *ex-vi* do artigo precitado, essa aplicação é obrigatória.

A emenda do meu nobre colega, Sr. Agamenon Magalhães, restaura o que antigamente se dispunha a propósito, e, a meu ver, anda bem em fazê-lo, PORQUE A LEI NACIONAL DO FALECIDO

PODE SER MAIS FAVORÁVEL DO QUE A NOSSA A VIÚVA E AOS FILHOS BRASILEIROS". (*Conflito das Leis Nacionais dos Cônjuges*, 1936, pág. 146).

O texto repetia, aliás, a emenda, com ligeira diferença de redação, colocando "benefício" em lugar de "a. benefício".

Mas a idéia básica permaneceu sempre clara: dar ao cônjuge e aos filhos brasileiros o direito à aplicação da lei nacional do falecido, estrangeiro, sempre que essa lei lhes fôsse mais favorável do que a nossa lei, do que a lei brasileira.

Por isso falam os artigos de 1934 e de 1937, em "*de cujus*", ESTRANGEIRO, em oposição a NACIONAL, e se não disseram, de modo mais redundante do que propriamente explícito, "será regulada pela lei brasileira" em vez de "será regulada pela lei nacional", ou "a lei nacional do *de cujus*" em vez de "o estatuto do *de cujus*", foi para evitar repetição de palavras subseqüentes, usando-se expressões de redação diferente, "*lei nacional*" a que se seguiam "cônjuges brasileiros" e a essas duas, afinal, "*estatuto do de cujus*".

Está, assim, patente, pela origem imediata dos textos constitucionais, antes transcritos, que a expressão empregada, "*estatuto do de cujus*", significava, qual disse o defensor da emenda em plenário, ao ser aprovada, "*lei nacional do falecido*".

V — No direito reinicla a palavra estatuto aparece com o significado tão conhecido nos autores de direito internacional privado, que possuía no XIII século nas cidades do norte da Itália, de lei local, de lei ou código de leis, da cidade, do município, em matéria de direito privado (GUTZWILLER, in *Rec. de Cours*, 29/97) em oposição às leis, comuns, do Império, romanas.

Assim as Ordenações Afonsinas, L.º 2.º, Tit. 24, ns. 2 e 13,

põem em contraste "*Leyx Imperiaes*", "*Ley Imperial*" e "*Estatuto*".

Registrou-o MORAIS SILVA: "Estatuto... § Lei pátria, não Romana, etc. Ord. Af. 2. 24. 13." (*Dicionário*, 8.º ed., volume 1, página 847).

RUBAS, classificando as leis pelo seu objeto, dividiu-as em leis pessoais referentes "ao estado e condição das pessoas, poder pátrio, marital, etc. etc.", reais, "que tratam das cousas, abstrahindo de quem as possui... prescrições, servidões, hipotecas" e mistas, declarando ser "manifesto que a esta divisão corresponde a que no direito internacional privado se faz dos estatutos pessoais e mistos" (*Curso de Direito Civil Brasileiro*, Introd., Tit. III, § 2.º, III).

No texto constitucional, portanto, literalmente, "*estatuto do de cujus*" seria "a lei do *de cujus*", estrangeiro, que dispusesse sobre vocação para suceder de maneira mais favorável ao herdeiro brasileiro.

Pesquisar a lei hereditária do *de cujus* estrangeiro e ver se beneficia o cônjuge e filhos brasileiros — eis o sentido do texto.

VI. Mas é ainda de ponderar que as expressões "*estatuto do de cujus*", "*estatuto do marido*", "*estatuto do pai*", "*estatuto da pessoa*", "*estatuto pessoal*", usaram-se tradicionalmente, no Brasil, no sentido de lei nacional do falecido, do marido, do pai, da pessoa, e em oposição a "*estatuto real*", aplicável às cousas, lei de sua situação.

Assim escrevia PIMENTA BUENO em geral: "Cada nacionalidade ou país tem o seu estatuto pessoal especial e apropriado, que acompanha os seus nacionais em toda e para toda e qualquer parte a que eles se dirijam" (*Direito Internacional Privado*, 1863, pág. 14).

E, a seguir, em particular para as sucessões: "Todas as ra-

zões, assim filosóficas como de justiça e recíproca conveniência, ditam que as sucessões dos estrangeiros sejam deferidas aos seus herdeiros, qualificados como tais pela lei pessoal do *falecido* e nos termos dela, salvo alguma disposição especial do estatuto real, que por ventura proíba alguma particularidade" (Op. cit., pág. 76).

E, por isso, TEIXEIRA DE FREITAS, que preferia a lei do domicílio, não usava e até mesmo combatia o vocábulo "*statutos*", escrevendo no Esboço: "A velha distinção entre estatutos pessoais, estatutos reais, e estatutos mistos, craveira artificial, em vão manejada por tantos Escritores, para dirimir questões de conflito de leis privadas, não tem a menor importância, só tem valor histórico. Os dados, que podem servir para determinar a sede de cada um desses objetos, à que as leis se aplicam, vem a ser: domicílio das pessoas, situação das cousas, lugar dos fatos, e lugar da autoridade ou tribunal que toma conhecimento da questão. Da escolha entre essas causas determinantes depende a solução do problema" (nota ao art. 4, n. 1).

E LAFAYETTE, da diretriz clássica, usava "*estatuto pessoal*" (*Pareceres*, I, ns. 123 e 124), "*estatuto pessoal do contraente varão*", "*estatuto pessoal do marido*", "*estatuto pessoal dos cônjuges*", "*estatuto pessoal do pai*", "*estatuto pessoal do herdeiro*", em sinonímia, de lei nacional (*Projeto de Código de Direito Internacional Privado*, 1910, arts. 20, 31, 34, 38, 69).

Também na jurisprudência de nossos tribunais generalizou-se o emprego do vocábulo estatuto pessoal ou de determinada qualidade da pessoa, como significando lei nacional e lei nacional de tal pessoa. É suficiente consultar índices e ementas de nossos repertórios.

Ainda, ultimamente, no *Dicio-*

nário de Tecnologia Jurídica, 1948, pág. 314, de PEDRO NUNES, se lê a propósito da expressão "*Estatuto Pessoal*" o seguinte: "*Lei do país de origem do indivíduo, que produz efeito extraterritorial. Lei nacional, ou pessoal*".

VII. Finalmente, a razão de ser do preceito, e daí a necessidade de lhe dar natureza constitucional, foi estabelecer uma vantagem particular, um benefício, um verdadeiro privilégio, para os brasileiros frente aos estrangeiros, criar uma distinção entre eles, inadmissível em lei ordinária, dado o princípio da sua completa equiparação, de todas as Constituições da República.

E por isso a antítese, patente e repetida no texto, entre Brasil, brasileiros e estrangeiros, de lei nacional (brasileira) dos brasileiros e estatuto (lei nacional, estrangeira) do *de cujus* estrangeiro.

A situação, considerada pelo texto constitucional de 1934 e de 1937, era a do contraste, quanto à vocação para suceder, acerca dos direitos dos herdeiros, entre a lei brasileira e a lei estrangeira, entre a lei nacional do cônjuge e filhos brasileiros e a lei nacional do *de cujus* estrangeiro.

E o benefício especial outorgado à família brasileira do falecido estrangeiro era a aplicação da lei nacional do estrangeiro, quando tal lei fôsse mais favorável à esposa e aos filhos brasileiros.

Partia da existência de duas leis diversas, brasileira e estrangeira, e, imperativamente, "SERÁ regulada", determinava a aplicação da lei estrangeira quando mais favorável aos membros brasileiros da família do *de cujus* estrangeiro.

Dava aos brasileiros, interessados na sucessão de estrangeiro, mais do que lhes dera o art. 14,

fine, da Introdução do Código Civil, mais do que a simples aplicação da lei brasileira. Conceda-lhes ainda mais do que a opção pela lei brasileira, assegurada no direito antigo, Nova Consolidação, de CARLOS DE CARVALHO, parágrafo único do art. 31. Impunha a aplicação da lei estrangeira, da lei nacional do falecido estrangeiro, "sempre que... mais favorável" aos brasileiros.

O tratamento mais favorável dos respectivos nacionais, em matéria de sucessões, assegurando-lhes sempre as vantagens da lei nacional, é geral, segundo já demonstramos noutra oportunidade (Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, II, n.º 3, 1946, págs. 16/17): em países que regem a sucessão pela lei da nacionalidade, Alemanha, Lei de Introdução, art. 25 ou pela lei do domicílio, Chile, Código Civil, 955 e 998, Argentina, Cód. Civ., 3.243 e 3.470, ou pela lei da situação dos bens imóveis que integram a massa hereditária, França, Lei de 14 de julho de 1819, art. 2.º; e, por isso, adotado nas diversas Convenções Consulares firmadas pelo Brasil com diversos critérios para reger a sucessão.

Mas o Brasil foi além, deu aos seus nacionais vantagem maior: conferiu-lhes, desde a Constituição de 1934, o direito à aplicação da lei hereditária estrangeira, da nacionalidade do de cujus estrangeiro, quando lhes fôsse mais favorável.

E a razão é o grande número — conseqüente a ser o Brasil um país de forte imigração — de famílias, constituídas no Brasil, em que ao lado de cônjuges ou cônjuges estrangeiros, há cônjuge brasileiro e filhos brasileiros.

Em conseqüência de preceito da própria Constituição de 1891, art. 69, n. 5, invocado na Câmara dos Deputados em defesa da emenda do Senado — estabelecendo princípio da aplicação da

lei brasileira para "proteção da mulher e filhos brasileiros" (declaração do autor da emenda, Senador MONIZ FREIRE, Anais do Senado, V, 28-9-1912, pág. 868 e 30-9-1912, pág. 907), constante do final do art. 14 da Introdução do Código Civil — na Comissão Especial, no parecer do Relator, Dep. CELSO BAYMA (Anais da Convocação Extr. de 2 de abril de 1913, II, Apêndice, pág. 55), e no plenário, em discurso de CARLOS MAXIMILIANO, demonstrando que o preceito estava "de acôrdo com o espírito da Constituição", e, se contrariado, seria "nos altos tribunais do país", "o dispositivo antipatriótico expungido do Código por um veredictum vasado no espírito cristalino do texto da lei básica" (Anais da Câmara, Sessão de 12-4-1913, pág. 146/147).

Ao argumento da falta de lógica que ressumbraria do art. 14 com aquela exceção final para o cônjuge e os filhos brasileiros, contestou-se, também, em discurso de ADOLPHO GORDO, que constituía ela faculdade tradicional do direito pátrio, citando-se a Nova Consolidação, de CARLOS DE CARVALHO, art. 31 (Anais da Câmara, Sessão de 26-4-1913, pág. 476). Essa idéia tradicional de particular amparo dos direitos do cônjuge e filhos brasileiros face a essas famílias de nacionalidade mista, teve acolhida doutrinária (EDUARDO ESPÍNOLA, Elem. de Dir. Int. Priv., 1925, pág. 740, CARLOS MAXIMILIANO, Sucessões, I, 1942, pág. 410) e foi largamente estendida pelos tribunais segundo demonstramos em outro trabalho (Conflitos das Leis Nacionais dos Cônjuges...)

Estava, assim, apta a um pleno desenvolvimento, e dada sua natureza discriminatória entre brasileiros e estrangeiros, por via constitucional.

Ditou, pois, o amplo preceito das Constituições de 1934, de 1937, até à vigente, de 1946, con-

cedendo proteção especial no direito de sucessões aos membros brasileiros de família de cônjuge estrangeiro.

VIII. Em face, portanto, do preceito constitucional vigente à data da morte de A., ou seja da abertura da respectiva sucessão, art. 152 da Carta de 1937, a validade intrínseca das disposições do testamento de A. rege-se pela lei francesa, do de cujus francês, mais favorável à filha brasileira no permitir a disposição pelo testador apenas da terça parte de seus bens.

IX. Argumenta-se, porém, em contrário, apelando para o § 1.º do art. 10 da nova Lei de Introdução, Decreto-Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942: "§ 1.º. A vocação para suceder em bens de estrangeiro situados no Brasil será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge brasileiro e dos filhos do casal, sempre que não lhes seja mais favorável a lei do domicílio", texto que ALTEROU O ARTIGO DA CONSTITUIÇÃO, substituindo a expressão "lei nacional" e "estatuto do de cujus" por "lei brasileira" e "lei do domicílio".

E conclui-se que, sendo o de cujus, apesar de estrangeiro, embora francês, pessoa domiciliada no Brasil, é de se aplicar a lei brasileira e não a lei francesa DO DE CUJUS, não obstante ser esta última mais favorável à filha brasileira; afirma-se que a lei francesa, do de cujus francês, não pode ser chamada para beneficiar a herdeira brasileira.

Invoca-se, assim, texto de lei CONTRÁRIO ao texto da Constituição, restritivo de uma norma constitucional ampla, e que leva a prejudicar em vez de beneficiar filha brasileira do de cujus estrangeiro.

X. A simples exposição do argumento e de suas conseqüências mostra a sua inteira desvalia jurídica.

Onde se viu a possibilidade de

lei ordinária alterar, e para restringir, direitos concedidos a brasileiros pela Constituição?

Seria impertinente e até desprimoroso tentar demonstrar, mesmo a leigos, que o Decreto-Lei 4.657 não poderia jamais, em seu todo ou em qualquer de seus artigos e parágrafos, revogar uma norma constitucional, na espécie, o artigo 152 da Carta de 1937.

Entre os dois preceitos, o constitucional e o legal, a prevalência é absoluta e incontestada do primeiro.

Conseqüentemente a lei aplicável é a lei francesa, segundo ordena a Constituição e não a lei brasileira, qual prescreve a lei ordinária.

XI. Na única ata existente sobre os trabalhos da colenda Comissão organizadora do projeto da Lei de Introdução (Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ano I, Junho de 1943, pág. 44), nada se encontra como justificativa do citado § 1.º do art. 10.

Mas em obra dos primeiros comentadores daquele diploma de 1942, do eminente Ministro EDUARDO ESPÍNOLA, e do ilustre Desembargador EDUARDO ESPÍNOLA FILHO (A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, vol. 3.º, pág. 19) lê-se que a Lei de Introdução adotou a fórmula do art. 10, § 1.º, "contemplando o preceito da Constituição e adaptando-o à regra de competência domiciliar".

Mas, data venia, parece-nos que contemplar uma norma superior é atendê-la, levá-la em conta, obedecê-la, afinal segui-la, reproduzindo-a.

E à lei ordinária compete adaptar-se ao preceito constitucional e nunca este àquela.

Adaptam-se, acomodam-se, ajustam-se normas da mesma fonte e da mesma natureza.

Entre disposições superiores, constitucionais, e inferiores, legais, não há reajustamento pos-

sível das primeiras às segundas, mas simples subordinação destas àquelas.

Também outro comentador, o ilustre magistrado Dr. OSCAR TENÓRIO, na obra, publicada em 1944 (*Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro*, pág. 232) achou possível o reajustamento, porque a referência (sic) da Constituição à lei nacional do *de cujus* correspondia ao antigo sistema da lei nacional, devendo ser substituída pelo novo da lei do domicílio.

Certo, porém, que, se a Constituição de 1937 referiu-se à *lei nacional do "de cujus"*, só outra Constituição ou emenda constitucional poderia mudar tal referência para *lei do domicílio do "de cujus"*.

Tornar-se-ia maleável o preceito constitucional que tivesse de ser reajustado toda vez que a lei ordinária se alterasse.

E a nossa Constituição deixaria de ser *rigida*, bastaria para modificá-la dar outro significado aos seus termos.

Mas, ultimamente, OSCAR TENÓRIO evoluiu para declarar, incisivamente, que não era possível admitir o reajustamento que fizera entre a Carta de 1937 e o referido texto da Lei de Introdução.

Eis suas palavras: "Convém assinalar, ainda, que a Constituição reiterou o princípio da lei nacional do *de cujus*, sem querer, apegar-se ao princípio da lei domiciliar. Não mais se justifica o comentário que nos parece exato, num reajustamento dos textos da Constituição de 1937 e da Lei de Introdução (1942). Não se trata, a rigor, apenas de um reajustamento. Se o constituinte ordenou a aplicação da lei domiciliar do *de cujus*, raramente cônjuge e herdeiros brasileiros se beneficiariam da lei estrangeira". (*Direito Internacional Privado*, 2.ª ed., 1949, pág. 433).

E deixou, implícito, argumento

que já acentuamos anteriormente: a restrição que o § 1.º do art. 10.º impunha aos direitos dos brasileiros, substituindo a expressão "estatuto do *de cujus* estrangeiro" ou seja, a sua lei nacional, pela lei do seu domicílio.

Se o benefício só advirá ao cônjuge e filhos brasileiros de estrangeiro que falecer domiciliado no estrangeiro, não é apenas em casos raros, mas raríssimos, não é só em hipóteses restritas, mas *restritíssimas*, que os membros brasileiros de família de estrangeiro se beneficiariam da aplicação da lei estrangeira.

Veja-se aonde levaria o reajustamento da Constituição à lei: regular, em defesa da família brasileira, situação jamais prevista, dada sua manifesta *excepcionalidade*, a *de estrangeiro*, do *domiciliado no estrangeiro*, que tenha cônjuge e filhos brasileiros e deixe, por morte, bens existentes no Brasil.

Todas as razões, já apresentadas em número anteriores, que justificaram o preceito, que vem do Império, de tratamento preferencial dos brasileiros nas sucessões, todos os motivos que inspiraram nossos legisladores, constituintes, civilistas, internacionalistas, perderiam sua aplicação, uma vez que visavam justamente a hipótese que o § 1.º do art. 10 do Decreto-Lei 4.657 veio afastar, a hipótese corrente, normal e habitual, de família constituída e estabelecida no Brasil, por estrangeiro, aqui domiciliado, aqui possuindo bens, e, por tudo isto, aqui tendo cônjuge e filhos brasileiros.

De ponderar, ainda, que adaptar ou reajustar, verdadeiramente, o preceito do art. 152 da Carta de 1937 ao princípio domiciliar era destruí-lo... Seria assim redigi-lo (sublinhadas as alterações): "A vocação para suceder em bens de pessoas domiciliadas no estrangeiro situados no Brasil será regulada pela lei

brasileira em benefício de cônjuge e de filhos domiciliados no Brasil sempre que lhes não seja mais favorável a lei do domicílio do *de cujus*."

A orientação legislativa a favor do princípio domiciliar, de 1942, não se limitou à reforma da Introdução do Código Civil; estendeu-se até à própria Constituição e se não chegou, por mal compreendido amor à lógica, a suprimir o preceito do art. 152, entendeu, pelo menos, de reduzi-lo ao mínimo, na fórmula constitucional do art. 10, § 1.º, do Decreto-Lei 4.657.

Qual já deixamos dito, o privilégio concedido aos brasileiros pelas nossas Constituições republicanas, em matéria de sucessão, independe da adoção da lei da nacionalidade ou da lei do domicílio, etc.... como lei geral, reguladora da sucessão no direito internacional privado.

E' preceito excepcional, de caráter especial e autônomo. Pode existir em qualquer regime de conflito de leis sucessórias.

Não havia, portanto, como pretender modificá-lo, quando se adotou no Brasil o princípio domiciliar. Constituiria uma equivocada coerência de sistema.

Aliás, mesmo adotando o princípio domiciliar, a Lei de Introdução de 1942 fez concessões expressas ao princípio da lei da nacionalidade, quer deixando de reconhecer o divórcio de brasileiros, mesmo se domiciliados no estrangeiro, art. 7.º, § 6.º, quer permitindo apenas aos estrangeiros que se naturalizam brasileiros, e não aos brasileiros, ainda se domiciliados no estrangeiro, a mudança do regime de bens do casamento, art. 7.º § 5.º.

Naturalíssimo, portanto, que se mantivesse o benefício concedido aos brasileiros de forma tão nítida, no art. 152 da Constituição.

Não é possível, em conclusão, admitir qualquer eficácia ao §

1.º do art. 10 da Lei de Introdução no disciplinar, e, de modo restrito, assunto contrariamente regulado na Constituição.

XII. Na recente Assembléia Constituinte, de 1946, veio à baila a matéria, face a emenda também, do Deputado AGAMENON MAGALHÃES, nos termos da Constituição de 1934 e de 1937, rejeitada pela Comissão Constitucional, reproduzida em plenário pelo Deputado ADROALDO COSTA, e, afinal, aprovada, apesar de impugnada pelo Deputado LUIZ VIANNA FILHO.

Manteve o preceito de 1934 e de 1937, com redação mais clara, confirmando que *estatuto de "de cujus"*, era, qual se entendia, *lei nacional do de cujus*.

Eis o texto do artigo 165 da vigente Constituição: "Art. 165: A vocação para suceder em bens de estrangeiro existentes no Brasil será regulada pela lei brasileira e em benefício do cônjuge ou de filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei nacional do *de cujus*".

Transcrevemos trechos do discurso de 17 de junho de 1946, daquele ilustre jurista e parlamentar, em defesa da referida emenda, na sessão em que foi definitivamente aprovada: "Sr. Presidente, é necessária a manutenção do dispositivo no texto constitucional, para que possam ser beneficiados o cônjuge e os filhos brasileiros, e se lhes possa dar tratamento preferencial, toda vez que sucederem em bens de estrangeiro é a lei nacional d'este lhes for mais favorável... Apresentei, na Comissão da Constituição, exemplo típico para evidenciar a necessidade do texto impugnado. Era o caso de uruguaio falecido no Rio de Janeiro, casado com brasileira e deixando filhos brasileiros. Qual a lei a aplicar à sucessão desse uruguaio? Evidentemente, a lei brasileira, que é a lei do seu domicílio, pois que assim prescreve a

Lei de Introdução do Código Civil. Pela lei brasileira, esse uruguaio pode dispor da metade de seus bens; portanto, poderá tirar de seus filhos essa metade, para dá-la a quem bem lhe aprouver. *Se permitirmos, porém, seja aplicada a lei nacional desse uruguaio, de muito melhoraremos a situação de seu cônjuge e filhos brasileiros, porque ela permite disponha o uruguaio somente da terça parte de seus bens. Por consequência, o patrimônio dos filhos brasileiros ficaria menos desfalcado do que se aplicássemos ao caso a lei brasileira. Se não incluirmos essa disposição no texto constitucional, qual será a consequência? Já votamos a igualdade dos direitos do estrangeiro e do nacional, e, assim, amanhã, a lei ordinária não poderá dar essa regalia, essa preferência ao brasileiro, porque infringiria o texto constitucional. Logo, é preciso fique expresso o dispositivo na Constituição... Invocou S. Excia. a opinião do preclaro Deputado Sr. Agamenon Magalhães e do ilustre Professor Haroldo Valladão. Pois bem, ambos, afirmam que, se este texto não figurar na Constituição, não poderá a lei ordinária, amanhã, beneficiar nem o filho nem o cônjuge brasileiro, na forma consagrada no dispositivo.*

O Sr. Luiz Vianna: — Já estão beneficiados pela lei de Introdução.

O Sr. Adroaldo Costa: — Não estão, porque a Lei de Introdução ao Código Civil MANDA SE APLIQUE A LEI DO DOMICÍLIO e eu pretendo a LEI MAIS FAVORÁVEL, que pode ser a nacional".

E' a confirmação plena, e até com exemplo praticamente igual ao da presente consulta, do que vimos expondo neste parecer.

E não o encerraremos sem citar a valiosa opinião do eminente jurista THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI: "Princípios se-

melhantes já se encontram nas Constituições de 1934 (artigo 134) e 1937 (artigo 152), embora com outra redação, com menos rigor técnico do que o da atual, mais explícito na qualificação da lei aplicável. Trata-se de princípio de direito internacional privado que sobreleva qualquer preceito de lei ordinária, estabelecendo um privilégio em relação ao cônjuge e filhos brasileiros, quer no que se refere ao grau, quer à participação nos benefícios da sucessão. Não se cogita do lugar do falecimento, mas da situação dos bens — *rei sitae* — aplicando-se, entretanto, indiferentemente a lei nacional do *de cuius*, do domicílio ou *rei sitae*, o essencial é que seja a mais favorável ao cônjuge ou filhos brasileiros. O princípio é absoluto em relação a lei ordinária, cujos preceitos se subordinam sempre à disposição constitucional, por sua natureza permanente". (A Constituição Federal Comentada, v. IV/79).

E acentua que a jurisprudência de nossos tribunais, quer do Supremo Tribunal Federal, acórdãos de 7 de junho de 1943 e de 9 de agosto de 1946, respectivamente, *in Arq. Jud.* 69/257 e *Revista Forense*, 112/91, quer do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, acórdão de 26 de maio de 1944, *in Jurisprudência* (Imp. Nac.) do Tribunal de Apelação, 23/104, quer do Tribunal de Apelação de São Paulo, acórdão de 26 de outubro de 1943, *in Revista dos Tribunais*, 148-236, tem adotado *diretriz ampla no interpretar o preceito constitucional*, em particular, o art. 152, a favor dos herdeiros brasileiros.

Respondendo, destarte, à consulta, no sentido de ser aplicável à sucessão a lei francesa, mais favorável à filha brasileira.

S. M. J.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1950.

HAROLD VALLADÃO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Mandado de segurança não prejudicado — Promotor Público readmitido

— Requerido o mandado de segurança em tempo útil qualquer demora relativa a providências legais, para notificação do co-autor e citação do representante judicial, não prejudica o direito do impetrante. — Promotor Público gozando de estabilidade não pode legalmente ser demitido mediante processo feito em forma irregular, ficando em disponibilidade com os vencimentos integrais até o restabelecimento da situação anterior.

MANDADO DE SEGURANÇA
N.º 13.996 — Relator: MINISTRO LAUDO DE CAMARGO.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso extraordinário número 13.996, do Rio de Janeiro, em que são recorrentes o Estado do Rio de Janeiro e, recorrido, o Dr. Emílio Luiz Mallet Jacques, acorda o Supremo Tribunal Federal, pela 1.ª Turma, em não conhecer do recurso, nos termos das notas juntas, pagas na forma legal as custas.

Rio, 25 de novembro de 1948. *Laudo de Camargo*, presidente e relator.

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro Laudo de Camargo: — O Dr. Emílio Luiz Mallet Jacques, antigo Promotor Público do Estado do Rio de Janeiro, impetrou ao Tribunal de

Justiça dali um mandado de segurança, contra o ato ilegal do Governador Cel. Ermundo de Macedo Soares, de 9 de junho de 1947, que tornou sem efeito o ato anterior do Governo que, após privá-lo do cargo determinou a sua readmissão.

Os fatos foram estes: Exercia o impetrante o cargo de Promotor de 2.ª categoria em Itaguaí, quando foi demitido pelo Interventor Federal, a 24 de novembro de 1943, e como consequência de uma correição disciplinar.

Denunciado depois pela Procuradoria Geral, o Tribunal, pelas Câmaras Reunidas, mandou arquivar o processo, pela improcedência da acusação. E interposto recurso extraordinário, o Supremo Tribunal, pela E. 2.ª Turma, dêle não conheceu. Requerendo, então, o seu reingresso, e após pareceres favoráveis, foi o pedido acolhido.

Foi, pois, a decisão determinando a readmissão que o atual Governo declarou sem efeito e motivou o presente mandado. O Dr. Procurador dos Feitos alegou, preliminarmente, a decadência do direito de pedir, com o decurso do prazo legal. E, quanto ao merecimento, disse que a demissão se fundara em correição disciplinar.

O Tribunal acolheu o pedido e concedeu o mandado pelo acórdão que se segue:

"Considerando que deve ser rejeitada a preliminar de decadência, suscitada pelo Dr. Procurador dos Feitos da Fazenda, porque o mandado de segurança